



ÁGUAS DE MINAS III

Desafios da Crise Hídrica e
a Construção da Sustentabilidade

→ FAÇA O LOGIN



ESCREVA A SUA CONTRIBUIÇÃO



COMPARTILHE

Início: 29/07/2015 – Término: 31/08/2015

CONSULTA PÚBLICA PRORROGADA ATÉ 30/8/15. O objetivo é recolher contribuições para o Seminário Legislativo "Águas de Minas III – Desafios da Crise Hídrica e a Construção da Sustentabilidade". Elas serão debatidas na etapa final do evento, entre 29/9 e 2/10. A consulta é organizada em temas e subtemas, para dar referências ao participante no envio de suas sugestões e na avaliação de sugestões enviadas. Cada participante é responsável pelo conteúdo de sua contribuição, que será publicada na íntegra, conforme os [Termos de Uso e Política de Privacidade](#). Para participar, [faça seu cadastro](#) no Portal da Assembleia. Se já for cadastrado, [faça o login](#).

Temas

Crise Hídrica	32
Gestão de Recursos Hídricos	31
Fomento, Custeio, Receitas e Destinação	5
Saneamento e Saúde	15
Atividade Minerária, Indústria e Energia	23
Agricultura, Pecuária e Piscicultura	8

32 contribuições

Crise Hídrica

Aqui você envia sua contribuição para o tema Crise Hídrica. Se você já é cadastrado no Portal da Assembleia, [faça o login](#) para enviar sua contribuição. Caso ainda não tenha, [cadastre-se aqui](#) antes de fazer o login e enviar sua contribuição. Conheça os subtemas para nortear sua sugestão.

Subtemas

- Gestão da escassez de água
- Convivência com a seca e uso de tecnologias sociais
- Gestão da melhoria da oferta da água
- Conjuntura hídrica (disponibilidade de água e infraestrutura)
- Reuso da água e sua regulamentação
- Melhoria da eficiência do uso da água (redução das perdas: distribuição, agricultura e processos industriais)
- Racionamento e limitação do uso de água e seus impactos econômicos e sociais
- Sobretaxa pelo uso da água e destinação dos recursos (Copasa, SAAEs, CBHs, entre outros)

Considerando os subtemas, qual proposta de estratégia, ação ou intervenção em política(s) pública(s) você considera importante para a adequada gestão da escassez de água e a diminuição dos impactos do contexto de crise hídrica?

30/08/2015 23:52

Por ***Germano Silveira Santos*** | Contagem/MG

Incentivo a pesquisa de novos equipamentos, materiais que economizem água, tipo chuveiros, descarga de vasos sanitários. Parceria com a população de foram contínua. Estímulo na que a mesma faça economia de água, não somente em época de crise, mas de forma permanente. Criação de disciplina nas escolas para que crianças aprendam a valorizar a água e reutilizar a mesma.

0👍 | 0👎

30/08/2015 23:51

Por ***Mariane Reis Gomes*** | Santa Maria de Itabira/MG

Vedação ou proibição de novos minerodutos em Minas Gerais

0👍 | 0👎

30/08/2015 23:32

Por **Mariane Reis Gomes** | Santa Maria de Itabira/MG

Estabelecer uma moratória ambiental para paralisar novas licenças, outorgas e financiamentos públicos para grandes e médios projetos em bacias hidrográficas com situações de escassez de água, saturação em poluição e volume de água captada (superficial e subterrânea) e áreas de recarga-aquíferos já com impactos consolidados, até que seja feita uma avaliação hidroambiental integrada de cada bacia hidrográfica para aferir sua capacidade atual de suporte e manutenção da disponibilidade hídrica frente à crise climática que tende a agravar o regime de chuvas e, assim, a situação de escassez de água

0👍 | 0👎

27/08/2015 09:47

Por **Joselaine Aparecida Ribeiro Filgueiras** | Belo Horizonte/MG

Apropriação pelo Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos das APEs (Áreas de Proteção Especial), que são uma categoria de área de proteção ambiental não prevista nem regulamentada pelo SNUC (Sistema de Unidades de Conservação), mas criadas para proteger mananciais, de grande relevância à conservação dos recursos hídricos. As APEs encontram-se no "limbo" da gestão ambiental e hídrica e são uma boa estratégia para lidar com a crise hídrica a médio e longo prazo. Atualmente existem cerca de 20 APEs "gerenciadas" pelo IEF, isso sem contar as criadas pelas concessionárias de água. Muitas apresentam uso e ocupação do solo incompatíveis com a finalidade de proteção de mananciais. Acho que é importante conhecer essa

realidade e proteger o entorno dos mananciais.

0👍 | 0👎

27/08/2015 07:35

Por **Jurema Marteleto Rugani** | Belo Horizonte/MG

Promover a preservação de todas as áreas verdes ainda existentes em Belo Horizonte e região, garantindo a permeabilidade do solo e das nascentes.

0👍 | 0👎

27/08/2015 07:20

Por **Jurema Marteleto Rugani** | Belo Horizonte/MG

Reverter a situação dos rios transformados em coletores de esgotos e penalizar as prefeituras que ainda incidem nessa prática.

0👍 | 0👎

26/08/2015 20:19

Por **Maria Júlia Gomes Andrade** | Ouro Preto/MG

Pela não realização de mineração na Serra do Gandarela, localizada no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero de Minas Gerais. A reserva de água na Serra do Gandarela é elemento fundamental para a segurança hídrica da região metropolitana de Belo Horizonte, garantirá que o futuro do abastecimento da RMBH e sua população fique mais protegido. As águas da Serra do Gandarela são fundamentais para o Rio das Velhas, por seu volume e qualidade (Classe Especial), justamente na altura da Estação de Tratamento (ETA) Bela Fama, em Raposos. A mineração poderá comprometer de forma irreversível toda a possibilidade de receber e acessar toda este gigantesco volume de águas provenientes

da Serra do Gandarela.

1👍 | 0👎

26/08/2015 15:51

Por *Paulo Roberto de Souza Manso* | Belo Horizonte/MG

Previsão legal para financiamento de instalação de aquecedores solares e geradores fotovoltaicos ou eólicos em residências e condomínios, sendo o valor do investimento cobrado do cidadão, em parcelas, por meio de contas de água (Copasa) ou de luz (Cemig), de forma proporcional ao valor mensal economizado, evitando impactos no orçamento familiar no curto e médio prazos. O investimento, realizado de forma pulverizada por particulares, via financiamento do Estado ou do BDMG/BNDES, irá reduzir o impacto doméstico no consumo de energia e incrementará o fornecimento de energia elétrica no sistema para o setor produtivo. Da mesma forma, incentivos à criação de legislações municipais para promover a implementação de telhados verdes em casas e edifícios, sistema de captação de água de chuva em todos os imóveis, permitindo o reuso e permeabilização do excedente no solo, reabastecendo o lençol freático, aumentando a umidade e qualidade do ar e reduzindo o calor nos grandes centros urbanos. A legislação poderia prever descontos no IPTU, ficando sob responsabilidade do Estado realizar o ressarcimento parcial ou total do valor ao município. Para tanto, é necessário protagonismo do Estado através de ampla divulgação e de disponibilização de cursos de capacitação para Prefeituras e Câmaras Municipais. A intenção é orientar os municípios na implementação das mudanças necessárias, de forma a permitir que desenvolvam legislações municipais apropriadas, conforme diretrizes mínimas apontadas pelo Estado, num processo similar ao realizado com o ICMS ecológico para a erradicação dos lixões. As ações ainda tem como vantagens o incentivo a economia verde local e estadual, com possível redução dos custos dos serviços e equipamentos devido ao aumento da demanda, com geração de empregos de qualidade, baixo impacto ambiental dos investimentos e

aumento significativo do rendimento médio das famílias mineiras, principalmente os de baixa renda.

0👍 | 0👎

26/08/2015 12:00

Por **Joselaine Aparecida Ribeiro Filgueiras** | Belo Horizonte/MG

Incluir na agenda a regulamentação e implantação do Programa Estadual de Conservação da Água, criado legalmente desde 1997 pela Lei nº 12.503. É importante que tal programa possa abranger, além de incentivos ao manejo industrial e agrícola sensível ao ciclo hidrológico, a proteção de áreas relevantes à conservação hídrica. A gestão da escassez para por um programa de médio a longo prazo, além do repensar as nossas relações com o meio ambiente.

1👍 | 0👎

26/08/2015 01:24

Por **Patricia** | Conceição do Mato Dentro/MG

Vedação ou proibição de novos minerodutos em Minas Gerais -

7👍 | 0👎

25/08/2015 16:04

Por **Aloisio Lopes** | Belo Horizonte/MG

Legislativo deve apoiar o fortalecimento da ouvidoria ambiental do estado bem como estimular que órgãos semelhantes sejam criados nos municípios

0👍 | 0👎

25/08/2015 14:58

Por ***Desirée Rodrigues Ruas*** | Belo Horizonte/MG

Incentivo à implantação de sistemas de reutilização de água em condomínios, centros comerciais, escolas, assim como captação de água da chuva. Benefícios como desconto em impostos para quem reduz o consumo de água ou adota outras medidas que contribuem para minimizar impactos ambientais como coleta seletiva e outras. Fiscalização para evitar o desperdício de água em lavagem de calçadas, carros e outros. Projetos de educação ambiental e para o consumo para que as pessoas (dentro e fora das escolas) possam ser sensibilizadas da relação consumo e água. Adoção de medidas que incentivem a diminuição do uso de água em atividades como agricultura, mineração, indústria. Incentivo à redução do desperdício de alimentos em toda a cadeia de produção.

3👍 | 0👎

25/08/2015 09:59

Por ***Movimento Pelas Serras e Águas de Minas (Movsam)*** | Belo Horizonte/MG

Vedar sumariamente novos projetos de mineração no Quadrilátero Ferrífero/Aquífero declarando todas as áreas ainda não impactadas como territórios livres de mineração pelo fato de que nessa região a água subterrânea está precisamente nas camadas do minério de ferro e toda ela já vive graves situações de escassez de água.

11👍 | 0👎

24/08/2015 18:23

Por ***Leonardo Fittipaldi Torga*** | Belo Horizonte/MG

Crises geram conflitos e a solução está na Educação Assim sendo, a

construção de Programas de Educação Ambiental é imprescindível para a gestão de conflitos. As Políticas Públicas das CIEA foram destruídas e as parcerias destituídas, precisamos debate las para a Educação Ambiental ser viabilizada.

3👍 | 0👎

24/08/2015 15:08

Por **Carlos Ernest** | Lima Duarte/MG

Gostaria de sugerir aos deputados e demais participantes deste fórum que apenas observem o céu de Belo Horizonte hoje, segunda feira, 24/08/2015 e reflitam nas possíveis relações entre as pulverizações químicas feitas por aviões a grandes altitudes e a falta de chuva em nosso estado, e também com as alterações do clima de maneira geral no Brasil. O mais curioso é que os mesmo aviões estiveram frequentes nos meses de junho e inicio de julho, e após um período de "férias", os mesmos retornaram nesta segunda feira. Gostaria de saber se temos algum tipo de defesa para o nosso espaço aéreo, para que não seja mais permitida essa ultrajante humilhação a que temos sido submetidos, com esses rastros químicos que se transformam em estranhas nuvens após alguns minutos.

0👍 | 0👎

22/08/2015 21:22

Por **Bruno Milanez** | Juiz de Fora/MG

Estabelecer uma moratória ambiental para paralisar novas licenças, outorgas e financiamentos públicos para grandes e médios projetos em bacias hidrográficas com situações de escassez de água, saturação em poluição e volume de água captada (superficial e subterrânea) e áreas de recarga-aquíferos já com impactos consolidados, até que seja feita uma avaliação hidro-ambiental integrada de cada bacia

hidrográfica para aferir sua capacidade atual de suporte e manutenção da disponibilidade hídrica frente à crise climática que tende a agravar o regime de chuvas e, assim, a situação de escassez de água

8👍 | 0👎

22/08/2015 14:30

Por ***Delzio Santos de Almeida*** | Belo Horizonte/MG

A CRIAÇÃO DE UMA LEI DISPONDO QUE PODEM FUNCIONAR LAVA A JATOS SOMENTE EM POSTOS DE GASOLINA CREDENCIADOS E LICENCIADOS SOMENTE ESTES ESTÃO PREPARADOS PARA RECEBER OS EFLUENTES E RESIDUOS BENEFICIOS BAIXA NO CONSUMO DE AGUA E ALIVIO NA CARGA DE EFLUENTES NA REDE COLETORA COM A CRISE DE EMPREGO TODOS ESTÃO ABRINDO LAVA A JATOS NAS GARAGENS DE CASA COMO FICARÁ A ÁGUA SE ISTO CONTINUAR AUMENTANDO?? SEM ÁGUA SOMOS MISERÁVEIS!

0👍 | 0👎

22/08/2015 14:24

Por ***Delzio Santos de Almeida*** | Belo Horizonte/MG

INDICO QUE CRIEM NO ENSINO MÉDIO A DISCIPLINA DE CAPACITAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SUSTENTÁVEIS E QUE A SEDUC MG OFEREÇA CAPACITAÇÃO AOS PROFESSORES PARA MINISTRAREM ESTA DISCIPLINA NO PRAZO MÁXIMO DE DOIS ANOS OFERECENDO TAMBÉM REMUNERAÇÃO COMPATÍVEL AOS PROFESSORES AFIM DE INCENTIVAR A CLASSE A ABRAÇAR A IDÉIA DE SUSTENTABILIDADE NÃO ESQUEÇAM DE FAVORECER ECONOMICAMENTE A OS PROFESSORES QUE ADERIREM AOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE SUSTENTABILIDADE

0👍 | 0👎

22/08/2015 14:17

Por *Delzio Santos de Almeida* | Belo Horizonte/MG

Ofereço a idéia do aumento das linhas de créditos a fundo perdido para financiar projetos da comunidade , escolas e ongs para rastreamento identificação e restauração e a criação de remuneração para o agente cuidador das nascentes e olhos d'água, independente da localização das mesmas ser em áreas particulares ou publicas em áreas urbanas ou rurais como ocorre de dois em dois anos no IGAM SEMAD com o FHIDRO. que outros órgãos estatais também financiem estes projetos a fundo perdido. Inclusive peço o aumento das verbas disponibilizadas nos projetos FHIDRO IGAM SEMAD no FHIDRO 2014 foi disponibilizado 6 milhões para restaurar nascentes no estado de MG todo? É pouco. vejam como aumentar esta verba nas próximas edições. DELZIO ALMEIDA GESTOR AMBIENTAL FISCAL AMBIENTAL DA PREFEITURA DE CONTAGEM CONSELHEIRO DO MEIO AMBIENTE DE CONTAGEM MG 31 89125955

2👍 | 0👎

22/08/2015 11:02

Por *Maria Teresa Viana de Freitas Corujo* | Caeté/MG

Estabelecer uma moratória ambiental para paralisar novas licenças, outorgas e financiamentos públicos para grandes e médios projetos em bacias hidrográficas com situações de escassez de água, saturação em poluição e volume de água captada (superficial e subterrânea) e áreas de recarga-aquíferos já com impactos consolidados, até que seja feita uma avaliação hidro-ambiental integrada de cada bacia hidrográfica para aferir sua capacidade atual de suporte e manutenção da disponibilidade hídrica frente à crise climática que tende a agravar o regime de chuvas e, assim, a situação de escassez de água;

8👍 | 0👎

21/08/2015 11:17

Por **Andréa Brandão Andrade** | Belo Horizonte/MG

Com referencia a Proposta nº1 da Comissão Técnica Interinstitucional 1 Consolidada – Crise Hídrica sugiro incluir que “.....incentivos fiscais e créditos para financiamento publico a tecnologias de produção, beneficiamento e transporte sustentáveis e não intensivos em uso de água”, NÃO apareçam somente em situações de saturamento, crise ou racionamento, de modo que esses incentivos se tornem uma política permanente do governo. Gostaria também de lembrar da importância de aprovação da Lei Estadual de Energia e Mudanças Climáticas, que trata de aspectos que se relacionam diretamente com o uso e "produção" de água. Existe uma PL tramitando na Assembléia há aproximadamente 3 anos. É necessário dar continuidade na análise da proposta e aprová-la o mais breve possível. Obrigada.

1👍 | 0👎

20/08/2015 10:19

Por **Adionor Rodrigues Ferreira** | Pouso Alegre/MG

O poder público enterra córregos e rios para ostentar ruas,avenidas,viadutos,...em completo desrespeito aos recursos naturais.Agem como não precisasse das águas.Emitem alvarás,outorgas,...apenas pensando em arrecadação sem pensarem na contrapartida com a natureza.A população agem também com total desrespeito, exemplo disso, quando um rio seca observa-se carcaças de animais,carros, pneus,garrafas pets, dentre tantos outros, então observa-se que o problema não se trata apenas de falta de chuva, trata-se da incompetência dos órgãos públicos de gerenciarem seus mananciais, da conscientização da população de maneira ampla

e uniforme, da observação rigorosa da legislação ambiental de maneira igualitária, sem favoritismo. Reflorestamento de matas ciliares, uma política nacional de gerenciamento dos recursos hídricos entre união, estados, municípios, população, produtores rurais,...

3👍 | 0👎

19/08/2015 11:28

Por *Paulo Rodrigues* | Belo Horizonte/MG

A crise hídrica não decorre da falta de chuva. A baixa pluviosidade apenas veio mostrar que a crise é de governança. Na Califórnia, por exemplo, chove bem menos que no nordeste brasileiro e lá não existe crise (apesar severas leis de proteção aos mananciais e contra o uso indiscriminado dos recursos hídricos). E a Califórnia tem um PIB quase igual a todo o Brasil!!! O que precisamos fazer é obrigar os governantes de Minas Gerais a assumirem posturas que preservem as zonas de recarga hídrica. No Quadrilátero, por exemplo, a destruição crescente dos aquíferos pela mineração de ferro é sempre ignorada por conta dos interesses escusos do governo, há décadas refém de um modelo econômico que só nos empobrece. Mineração só traz riqueza para os acionistas das mineradoras!! As populações locais e regionais ficam apenas com os buracos e barracos. E quando São Pedro tenta nos alertar para isso, a mídia atribui erroneamente o problema à falta de chuva. Estamos à beira da maior crise de abastecimento de água de nossa história por conta da negligência com a proteção dos mananciais e mesmo assim ainda se pensa em licenciar mais minerações de ferro no Quadrilátero, como a mina Apolo, da Vale. Minério não se bebe!!! Minério não traz desenvolvimento!!!

4👍 | 1👎

18/08/2015 09:08

Por *Centro de Referência Ambiental* | Pirapora/MG

Outro aspecto importante além da recuperação de nascentes é a recuperação das matas ciliares. Nossos grandes mananciais como é o caso do Rio São Francisco que passa por Pirapora encontra-se num volume bastante crítico, As matas ciliares encontram-se bastante rarefeitas e em vários trechos completamente ausentes. A falta de vegetação faz com que não haja infiltração de água e ocorrência de desbarrancamento das margens e conseqüente assoreamento dos rios.

3👍 | 0👎

18/08/2015 09:01

Por *Sérgio Abucater* | Belo Horizonte/MG

Conscientizar a população de uso mais racional da água é importante, porém, se os operadores dos sistemas não diminuïrem as perdas do sistema de abastecimento de água, desde a captação até o consumo final, estaremos diante de um cenário cada vez mais crítico.

2👍 | 0👎

18/08/2015 08:54

Por *Centro de Referência Ambiental* | Pirapora/MG

O município de Pirapora encontra-se dentro da Bacia do Rio São Francisco e num trecho da Bacia do Rio das Velhas, onde há inúmeras nascentes, que em grande parte encontram-se sem afloramento. Consideramos que tal fato se deve à falta de vegetação e ocupação desordenada e irregular em torno destas nascentes que são o berço dos mananciais, Nossa atuação deve ser referente à recuperação destas nascentes com cercamento e educação ambiental principalmente com proprietários e moradores deste entorno.. É primordial este trabalho para que possamos ter o ciclo hidrológico

mantido;

1👍 | 0👎

18/08/2015 08:54

Por ***Centro de Referência Ambiental*** | Pirapora/MG

O município de Pirapora encontra-se dentro da Bacia do Rio São Francisco e num trecho da Bacia do Rio das Velhas, onde há inúmeras nascentes, que em grande parte encontram-se sem afloramento. Consideramos que tal fato se deve à falta de vegetação e ocupação desordenada e irregular em torno destas nascentes que são o berço dos mananciais, Nossa atuação deve ser referente à recuperação destas nascentes com cercamento e educação ambiental principalmente com proprietários e moradores deste entorno.. É primordial este trabalho para que possamos ter o ciclo hidrológico mantido;

0👍 | 0👎

17/08/2015 16:35

Por ***Juliano*** | Belo Horizonte/MG

Para novos projetos de construção que apresentarem e realizar a implantação de um projeto de captação pluvial e de reuso da água seriam beneficiados com incentivos fiscais (descontos) pelas prefeituras na guia de IPTU do ano subsequente a implantação do projeto. As construções já existentes que apresentarem este tipo de projeto também seriam beneficiadas. Outro incentivo seria em relação a empresa fornecedora de água (Copasa, etc), o consumidor que economizar água a partir da sua média de consumo, seria beneficiado com um percentual de desconto variável, ou seja, quanto mais economia de água fizer maior será o desconto e quanto menos economia de água o consumidor fizer menor será o desconto.

1👍 | 0🗨️

17/08/2015 15:22

Por *Juliano* | Belo Horizonte/MG

Uma das propostas seria que toda nova edificação a ser construída deveria ser incentivada a elaborar e implementar projeto de captação pluvial e reuso da água em contrapartida receberia da prefeitura um desconto fixo no IPTU e do estado (Copasa) receberia um desconto variável de acordo com o percentual de água consumido pela residência, enquanto mais economia no consumo de água a residência fizer maior será o desconto e se a economia de água for menor conseqüentemente o desconto será menor.

1👍 | 0🗨️

16/08/2015 20:13

Por *Laura Cavaliere Bisio* | Brasília/DF

Gostaria de contribuir dentro do tema Crise Hídrica - gestão da oferta de água, e sugerir um programa de recuperação de matas ciliares dos rios do estado de Minas Gerais, como forma de remediar e prevenir a escassez de água. Existe uma teia de relações entre as árvores, o ambiente físico-químico e o ambiente biológico e as árvores participam ativamente no ciclo hidrológico do planeta. Estudos feitos na Amazônia mostraram que a floresta tem um papel importantíssimo na formação das gotículas de chuva. Além disso, as árvores aumentam a infiltração de água no solo, alimentando os lençóis freáticos, evitam a erosão, o assoreamento de rios e inundações, sem falar no seu papel no equilíbrio térmico do ambiente. Como incentivo, descontos nos impostos poderiam ser oferecidos a quem participasse do programa, formando parcerias com os proprietários de terras ribeirinhas para a recuperação das margens dos rios do Estado. Grata pela atenção.

4👍 | 0👎

12/08/2015 13:32

Por *Nataly Santos* | Felício dos Santos/MG

Mais fiscalização nos serviços de distribuição de água e em serviços como lava jatos.

3👍 | 0👎

07/08/2015 13:36

Por *Marcos Barbosa da Silva* | Cachoeira de Pajeú/MG

Construção de Pequenas, Medias e Grandes Barragens nos municípios para armazenamento das águas das chuvas.

0👍 | 2👎

31 contribuições

Gestão de Recursos Hídricos

Aqui você envia sua contribuição para o tema Gestão de Recursos Hídricos. Se você já é cadastrado no Portal da Assembleia, [faça o login](#) para enviar sua contribuição. Caso ainda não tenha, [cadastre-se aqui](#) antes de fazer o login e enviar sua contribuição. Conheça os subtemas para nortear sua sugestão.

Subtemas

- Reestruturação do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- Fortalecimento dos Comitês de Bacia e financiamento das Agências
- Articulação das políticas públicas: instituições do poder público, empresários e sociedade civil na discussão da gestão da água

- Participação social: CBHs, Conselhos Municipais, Copam, CERH, entre outros
- Outorga e usos múltiplos da água (inclusive como meio de transporte), interesses conflitantes, pactuação e judicialização
- Inovação tecnológica
- Educação ambiental
- Qualidade ambiental, controle e fiscalização da poluição dos corpos hídricos e do uso da água
- Segurança hídrica (Planejamento e cenários futuros)
- Águas subterrâneas (disponibilidade, exploração e gestão)
- Manutenção de vegetação nativa, desmatamento e proteção de nascentes

Considerando os subtemas, qual proposta de estratégia, ação ou intervenção em política(s) pública(s) você considera importante para a melhoria da gestão de recursos hídricos com vistas à construção da sustentabilidade e da segurança hídrica?

30/08/2015 23:42

Por **Mariane Reis Gomes** | Santa Maria de Itabira/MG

Pela não realização de mineração na Serra do Gandarela, localizada no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero de Minas Gerais. A reserva de água na Serra do Gandarela é elemento fundamental para a segurança hídrica da região metropolitana de Belo Horizonte, garantirá que o futuro do abastecimento da RMBH e sua população fique mais protegido. As águas da Serra do Gandarela são fundamentais para o Rio das Velhas, por seu volume e qualidade (Classe Especial), justamente na altura da Estação de Tratamento (ETA) Bela Fama, em Raposos. A mineração poderá comprometer de forma irreversível toda a possibilidade de receber e acessar toda este gigantesco volume de águas provenientes da Serra do Gandarela

0👍 | 0👎

30/08/2015 23:40

Por **Mariane Reis Gomes** | Santa Maria de Itabira/MG

Inserir o rio Santo Antônio (Bacia do rio Doce) e todos os seus afluentes, no trecho entre a nascente e o ponto de montante do remanso do reservatório da UHE Salto Grande, alterando o art. 5º da Lei nº 15082, de 27 de abril de 2004, que dispõe sobre rios de preservação permanente.

0👍 | 0👎

30/08/2015 23:38

Por **Mariane Reis Gomes** | Santa Maria de Itabira/MG

Vedar sumariamente novos projetos de mineração no Quadrilátero Ferrífero/Aquífero declarando todas as áreas ainda não impactadas como territórios livres de mineração pelo fato de que nessa região a água subterrânea está precisamente nas camadas do minério de ferro

e toda ela já vive graves situações de escassez de água

0👍 | 0👎

30/08/2015 23:36

Por **Mariane Reis Gomes** | Santa Maria de Itabira/MG

Integração entre a concessão de licenciamentos e a concessão de outorgas, por meio de um único órgão licenciador composto, no âmbito técnico, de equipes multidisciplinares (IEF, IGAM, SUPRAMs) e, no âmbito político, através da articulação entre os diferentes colegiados hoje existentes (COPAM, CERH e CBHs)

0👍 | 0👎

30/08/2015 23:35

Por **Mariane Reis Gomes** | Santa Maria de Itabira/MG

Adoção da bacia hidrográfica como Unidade de Planejamento e Gestão, pelo Governo do Estado, envolvendo todas as instâncias governamentais na articulação de ações tendo em vista o território de bacia hidrográfica conforme estabelecido pela lei nº 9.433/97.

0👍 | 0👎

30/08/2015 22:35

Por **Germano Silveira Santos** | Contagem/MG

Nas áreas urbanas, criar leis impedindo que os terrenos em construção sejam todos cimentados e impermeabilizados, deixando uma parcela do terreno como recarga dos lençóis d'água. Para os já construídos, a opção seria uma caixa de drenagem de água. Caso haja leis neste sentido, fazer com que se cumpram.

0👍 | 0👎

30/08/2015 22:32

Por **Germano Silveira Santos** | Contagem/MG

Nas áreas rurais, implantação de projetos de recuperação de nascentes junto aos produtores rurais, tendo-os como parceiros, e utilizando-se de experiências bem sucedidas da Emater e Embrapa, com cercamento das áreas de nascentes, com replantio de árvores nativas como: assa-peixe, Embaúba, pinha do brejo, guanandi e frutíferas como goiabeira, ingás.

0👍 | 0👎

30/08/2015 22:28

Por **Germano Silveira Santos** | Contagem/MG

Fazer o mapeamento das bacias hidrográficas, e posteriormente impedir a construção de casas próximo aos rios, nascentes e represas públicas, respeitando o limite estabelecido pelas leis municipais, estaduais e federais. Caso haja construções “fora da lei”, que sejam desapropriadas e demolidas.

0👍 | 0👎

27/08/2015 09:36

Por **Joselaine Aparecida Ribeiro Filgueiras** | Belo Horizonte/MG

Implantar zoneamento de bacias hidrográficas com vistas à conservação hídrica, por meio do disciplinamento do uso e ocupação de áreas relevantes à conservação da água (áreas de nascentes, entorno de reservatórios, áreas de recarga etc.), em escala compatível com a finalidade. Temos áreas hidricamente sensíveis (cabeceiras,

áreas úmidas ou "wetlands", áreas de recarga etc.) que precisam ter uso e ocupação regulado de forma a conservar os recursos hídricos.

0👍 | 0👎

26/08/2015 16:55

Por *Vanderlino J. T. Lopes* | Belo Horizonte/MG

Estimular, via (LEIS , DECRETOS) junto aos municípios mineiros a implementação de projetos práticos e eficientes visando a recuperação de áreas degradadas e revitalização de nascentes para fortalecimento dos nossos rios. Ter como espelho os projetos do INSTITUTO TERRA.

0👍 | 0👎

25/08/2015 15:56

Por *Aloisio Lopes* | Belo Horizonte/MG

É preciso alterar a lei que criou o COPAM,visando ampliar sua composição, para que haja também representação popular dos atigidos pelos impactos ambientais dos empreendimentos. Será também uma forma de reduzir a "oligrquização" desse colegiado

0👍 | 0👎

25/08/2015 13:18

Por **Tereza Cristina Almeida Silveira** | Ferros/MG

Inserir o rio Santo Antônio (Bacia do rio Doce) e todos os seus afluentes, no trecho entre a nascente e o ponto de montante do remanso do reservatório da UHE Salto Grande, alterando o art. 5º da Lei nº 15082, de 27 de abril de 2004, que dispõe sobre rios de preservação permanente.

5👍 | 0👎

25/08/2015 10:33

Por **Raquel Souza Mendes** | Belo Horizonte/MG

Gostaria que o Governos do Estado implementasse, de fato, projetos já escritos que visam a recuperação dos recursos hídricos. Dando retorno à população e inserisse membros locais (civis e governo) para manutenção dos resultados obtidos.

0👍 | 0👎

22/08/2015 21:23

Por **Bruno Milanez** | Juiz de Fora/MG

Adoção da bacia hidrográfica como Unidade de Planejamento e Gestão, pelo Governo do Estado, envolvendo todas as instâncias do mesmo na articulação de ações tendo em vista o território de bacia hidrográfica conforme estabelecido pela lei nº 9.433/97. Integração entre a concessão de licenciamentos e a concessão de outorgas, através de um único órgão licenciador composto, no âmbito técnico, de equipes multidisciplinares (IEF,IGAM, SUPRAMs) e, no âmbito político, através da articulação entre os diferentes colegiados hoje existentes (COPAM, CERH e CBH's).

4👍 | 0👎

22/08/2015 11:04

Por *Maria Teresa Viana de Freitas Corujo* | Caeté/MG

Adoção da bacia hidrográfica como Unidade de Planejamento e Gestão, pelo Governo do Estado, envolvendo todas as instâncias do mesmo na articulação de ações tendo em vista o território de bacia hidrográfica conforme estabelecido pela lei nº 9.433/97. Integração entre a concessão de licenciamentos e a concessão de outorgas, através de um único órgão licenciador composto, no âmbito técnico, de equipes multidisciplinares (IEF,IGAM, SUPRAMs) e, no âmbito político, através da articulação entre os diferentes colegiados hoje existentes (COPAM, CERH e CBH's).

5👍 | 0👎

20/08/2015 18:41

Por *Rosângela Mattioli Silva* | Belo Horizonte/MG

Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. (Lei Nº 8.876/94, art. 3º – inciso IX). Sugerimos rever o Manual do IBRAM sobre CFEM (www.ibram.org.br/sites/700/784/00000804.pdf) no sentido de definir que os Estados e Municípios destinem a aplicação dos recursos financeiros arrecadados das mineradoras em projetos de recuperação de Áreas de Preservação Permanentes – APPs de cursos d'água, nascentes e topos de morro em bacias hidrográficas destinadas ao abastecimento humano. Os recursos provenientes do CFEM são creditados em Contas de Movimento Específicas dos Estados e Municípios, sendo distribuídos da seguinte forma (art. 2º, § 2º, da Lei nº 8.001/90): 10% para a União (DNPM e IBAMA); 2% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); 23% para o Estado e Distrito Federal onde for extraída a substância mineral; 65% para o município produtor.

0👍 | 0👎

20/08/2015 18:39

Por **Rosângela Mattioli Silva** | Belo Horizonte/MG

Com referencia a Proposta nº 1 da Comissão Técnica Interinstitucional 2 consolidado - Gestão de Recursos hídricos, a Proposta nº 6 da Comissão Técnica Interinstitucional 1 consolidado - Crise Hídrica e a Proposta 3 da Comissão Técnica Institucional 6 consolidado - Agricultura, pecuária e Piscicultura , sugerimos incluir que o Estado crie a Política Estadual de Serviços Ambientais em Minas Gerais criando oportunidades de mercado e arcabouços institucionais referente a serviços ecossistêmicos no território mineiro. Os serviços ambientais resultam em benefícios de preservação, conservação, restauração, recuperação dos ecossistemas e garantem a manutenção da qualidade e quantidade da AGUA para a população.

0👍 | 0👎

18/08/2015 08:56

Por **Sérgio Abucater** | Belo Horizonte/MG

Incentivar os produtores rurais de qualquer porte, que tenham em sua propriedade uma nascente, para sua preservação, através de um programa de proteção da mesma, recomposição da vegetação ciliar, cercamento para evitar o trânsito de animais. O incentivo deve ser no início financeiro, cabendo ao município montar um viveiro de árvores nativas da região. O custo maior inicial é do cercamento. Depois de dois anos, o projeto se torna sustentável.

4👍 | 0👎

18/08/2015 08:50

Por **Sérgio Abucater** | Belo Horizonte/MG

Implantar uma política eficiente junto aos produtores rurais para diminuição das perdas de água em seus sistemas produtivos. Com o alcance de tecnologias nas áreas de plantação e manejo de animais, a utilização irracional dos recursos hídricos é um dos fatores que mais contribuem para a escassez hídrica.

0👍 | 0👎

18/08/2015 08:47

Por **Sérgio Abucater** | Belo Horizonte/MG

Assessorar os Comitês de Bacias que ainda não implantaram uma política de cobrança do uso da água. Somos o Estado com o maior número de Comitês com a política de cobrança implantada, não justificando que um Comitê do porte do Rio Paraopeba ainda não tem uma política de cobrança.

1👍 | 0👎

18/08/2015 08:44

Por **Sérgio Abucater** | Belo Horizonte/MG

Temos que recuperar as veredas do cerrado, plantando árvores nativas, fazendo o cercamento da área para evitar a entrada de animais e pessoas. Conscientizar os pecuaristas, porque a maior parte das veredas tiveram sua vegetação de entorno destruídas para formação de pastagens. As veredas são uma fonte de renovação dos lençóis freáticos na área do cerrado.

1👍 | 0👎

17/08/2015 10:22

Por **Vanilza Santana Oliveira Bevilacqua** | Carangola/MG

Todos os projetos e ações em recursos hídricos precisam contemplar peças de informação e educação ambiental para os cidadãos. Infelizmente o que se vê hoje de EA no Estado de Minas Gerais, não apenas quando se trata de recursos hídricos, é fruto de cumprimento de condicionantes de grandes empreendimentos (que atendem apenas suas áreas diretamente afetadas) ou ações isoladas de grupos persistentes, como o caso do ForEA - Fórum Regional de Educação Ambiental, que ocorre desde 2006 nos município da Zona da Mata. A Educação Ambiental ainda não está na pauta do governo como política pública voltada para o ambiente. Quem está diretamente ligado ao assunto e atua na SEE e na SEMAD entende do que estou falando. Pegar-se carona, através de parcerias, em projetos e programas do governo federal (MEC e MMA), mas falta algo do próprio governo nestas duas secretarias que seja efetivo e de visibilidade para a EA (à exceção do Programa AmbientAÇÃO, que deveria ser realidade em TODOS os prédios públicos). Até mesmo as Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental, que foram criadas pelo governo federal e instituídas de modo regionalizado em Minas Gerais em 2006, não têm tido a atenção devida do governo estadual para sua implementação. As CIEA de Minas podem e devem atuar como instrumento de EA do governo e delas pode se esperar: "1. Sejam indutoras de uma nova visão de gestão da Educação Ambiental (EA), o que torna possível promover políticas públicas específicas para a EA, sintonizadas com as necessidades e possibilidades das realidades locais; 2. Constituam um espaço propício para a articulação da sociedade civil e do poder público, no sentido de aglutinar forças, pessoas, recursos financeiros, idéias, experiências, iniciativas de EA; 3. Contribuam efetivamente, de forma participativa e multissetorial, para a construção de municípios sustentáveis; 4. Façam a interlocução entre os municípios e o Estado e entre esse e a esfera federal."

3👍 | 0👎

Por *Alexandre Sylvio Vieira da Costa* | Teófilo Otôni/MG

Financiar e subsidiar sistemas de irrigação de alta eficiência de uso de água para pequenos e médios agricultores e pecuaristas visando a otimização do uso da água e aumento da produtividade com a obrigatoriedade da assistência técnica e controle de uso. Poderá ser realizado o abatimento da dívida com a recuperação de áreas de matas e florestas dentro da propriedade em APPs e Reserva Legal, ou, caso já as tenha, em outras áreas da propriedade

1👍 | 0👎

13/08/2015 11:56

Por *Afrânio Otávio Nogueira* | Mateus Leme/MG

O cadastro de uso insignificante no espaço rural deve acabar, pois todas as propriedades rurais necessitam usar água, e não se justifica a burocracia de preencher formulário, recolher taxa, protocolar no órgão ambiental. Há um elevado número de servidores públicos envolvidos neste processo, que não trás nenhum benefício para a sociedade. Se quiserem ter cadastro de quem usa água considerada insignificante, basta pegar na receita federal ou no IBGE ou agora no cadastro do CAR, o nome dos proprietários ou arrendatários das terras. Não se justifica tamanha burocracia e que tem de ser renovada a cada 3 anos. Só o papel que se gasta, imaginem o dano ambiental gasto com o corte de árvores e consumo de água nas indústrias de celulose... Sou Engenheiro Agrônomo da EMATER-MG e também perco muito tempo preenchendo formulários inúteis que ficam engavetados, apenas para relatar que determinado agricultor utiliza água em sua propriedade para dar de beber aos animais e irrigar pequena horta. Ou mesmo informar que existe uma pequena barragem com lagoa em sua propriedade. Um absurdo essa necessidade de cadastro insignificante. Se é considerado insignificante, não precisa fazer nada. Porque inventaram este cadastro? A lei é superior a portaria do IGAM. A lei diz que uso insignificante não precisa outorga e pronto....

2👍 | 0👎

12/08/2015 23:11

Por ***Ildeu de Souza*** | Janaúba/MG

Valorização do profissional formado em Engenharia Ambiental, que nem sequer encontra emprego; obrigatoriedade das escolas com alunos provenientes do meio rural de ministrarem disciplinas sobre educação ambiental, obrigação de incluírem na grade curricular matérias correlatas, com profissionais titulados.

0👍 | 1👎

07/08/2015 13:39

Por ***Marcos Barbosa da Silva*** | Cachoeira de Pajeú/MG

Conscientização da população sobre o uso e fiscalização dos usuarios

0👍 | 0👎

06/08/2015 00:30

Por ***Ederson Pego Barroso*** | Teófilo Otôni/MG

O Estado deve investir mais em Educação Ambiental, orientando os produtores rurais, como também investindo em Programas de incentivo a recuperação de áreas degradadas, cercamento de nascentes, construção de barragens para contenção de águas pluviais e mais ações voltadas aos recursos hídricos.

4👍 | 0👎

05/08/2015 11:30

Por *Marco Antonio Padilha* | Ubá/MG

É necessário que haja uma rigorosa fiscalização do desmatamento ilegal e reflorestamento nas áreas onde tais supressões de vegetação tenham ocorrido, especialmente em áreas de mananciais, tanto em propriedades rurais particulares quanto em terras de domínio público, a fim de que haja a manutenção do ciclo hidrológico. Mister ressaltar que o código florestal aprovado em 2012 representa grande retrocesso no tocante a este fim, com suas formas de dispensa da obrigatoriedade de recuperação de supressão ilegal de vegetação nativa.

0👍 | 0👎

05/08/2015 10:28

Por *Lenia Vieira* | Belo Horizonte/MG

É preciso que a Educação Ambiental, que é um instrumento importante da Gestão Ambiental, assuma um papel relevante no Estado de Minas Gerais para que tenhamos uma Gestão Estratégica eficaz dos Recursos Hídricos. Sugere-se duas linhas de ação no tema: Educação Ambiental Não-Formal e Educação Ambiental Formal, com métodos adequados de implementação e mecanismos de avaliação do progresso das etapas e implementação.

0👍 | 0👎

04/08/2015 11:38

Por *Inês Tourino Teixeira* | Belo Horizonte/MG

Fortalecimento da Gestão compartilhada de recursos hídricos envolvendo todos os entes, Estado, Municípios, usuários, sociedade civil- Lei 13199/99- Políticas Estadual de Recursos Hídricos do estado de Minas Gerais Fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográficas criados no Estado de Minas Gerais, estabelecendo uma política pública de fomento para a gestão dos mesmos: Apoio total aos CBH (Comitês de Bacia

Hidrográficas) para elaboração dos Planos de Recursos Hídricos da bacias e sua execução. Para isso deve-se estabelecer por instrumento jurídico, ou projeto de lei, uma rubrica para captação de recursos financeiros para que o Órgão Gestor de Recursos Hidricos do Estado tenha condições, de fato, de fomentar a gestão dos Comitês de Bacias instituídos no Estado. Garantir através de lei e/ou forma legal, para que os recursos da cobrança dos recursos hidricos, instituídos no âmbito dos Comitês de Bacia Hidrográfica, não sejam contingenciados pelos Órgãos de Estado que são responsáveis pela arrecadação. Assim, evitaria que os planos e projetos elaborados e aprovados pelos comitês para melhoria e revitalização das bacias hidrográficas não sejam prejudicadas.

0👍 | 0👎

03/08/2015 15:25

Por *Fabiano Alcísio Silva* | Belo Horizonte/MG

As espécies invasoras são a segunda maior causa de perda de biodiversidade. Dentre as diversas espécies, destaca-se o mexilhão-dourado, que tem causado enormes prejuízos econômicos e ambientais nas bacias que invade. Políticas públicas que permitam a detecção e manejo da espécie são urgentes, já que esta espécie domina as áreas invadidas, atingindo densidades de 200 mil indivíduos por metro quadrado, e causando problemas na qualidade das águas, extinguindo espécies competidoras e levando mortandade de peixes. Por entupir tubulações de resfriamento de usinas hidrelétricas, o mexilhão vem sendo tratado apenas como um problema da indústria. No entanto os impactos ambientais causado pela espécie são ainda mais relevantes. A recente detecção na bacia do rio São Francisco aumenta esse potencial degradador e eleva a responsabilidade do estado de Minas Gerais, que conecta as grande bacias hidrográficas brasileiras, que pode ser usada para a disseminação da espécie em todo o país. Análises quali e quantitativas do mexilhão dourado nos pontos de monitoramento do programa Águas de Minas são essenciais para a

detecção rápida de locais invadidos pela espécie, de maneira a orientar os órgãos de fiscalização e manejo, para controle e mitigação de novas invasões. Essa medida de implementação bastante simples, poderia nortear ações de pesquisa, manejo e fiscalização, servindo de ferramenta para programas de manejo e controle mais eficientes.

1👍 | 0👎

5 contribuições

Fomento, Custeio, Receitas e Destinação

Aqui você envia sua contribuição para o tema Fomento, custeio, receitas e destinação. Se você já é cadastrado no Portal da Assembleia, [faça o login](#) para enviar sua contribuição. Caso ainda não tenha, [cadastre-se aqui](#) antes de fazer o login e enviar sua contribuição. Conheça os subtemas para nortear sua sugestão.

Subtemas

- Fhidro e destinação de outros recursos orçamentários às ações e programas voltados à gestão de recursos hídricos
- Cobrança pelo uso de recursos hídricos
- Programa Bolsa Verde
- Programa Produtor de Água
- Práticas voluntárias de preservação ambiental
- Fomento às políticas públicas de conservação do solo, água e biodiversidade
- Compensação ambiental e ICMS Ecológico
- Fundos Estadual e Municipal de Saneamento

Considerando os subtemas, qual proposta de estratégia, ação ou intervenção em política(s) pública(s) você considera importante para a garantia de instrumentos econômicos e financeiros que realmente contribuam para a efetividade da gestão ambiental e de recursos hídricos?

27/08/2015 10:11

Por *Joselaine Aparecida Ribeiro Filgueiras* | Belo Horizonte/MG

O Fhidro financiar ações previstas em Pactos pela Água, firmados entre atores da sociedade civil local, empresas, municipalidades e Estado, no sentido de implementar localmente e regionalmente, de forma negociada (para que haja apropriação) os planos de ação previstos

nos Planos Diretores de Recursos Hídricos. Temos conhecimento dos principais problemas que afetam as bacias. O tratamento de esgoto doméstico, inclusive o rural, bem como o controle erosivo, para diminuir o aporte de sedimentos dos rios, são ações de relevância. O escopo de ações, em escala local, seria definido especificamente para cada bacia hidrográfica. Chama-se a atenção para a questão do plano de trabalho ser negociado localmente, para que haja apropriação por parte dos envolvidos. O que se percebe é que sabemos “o que” deve ser feito, mas “o como” é que tem que ser pensado de forma a ser efetivo. Nos últimos anos, menos da metade dos recursos do Fundo foram efetivamente utilizados em ações de recuperação de bacias.

0 👍 | 0 👎

16/08/2015 01:37

Por **Alexandre Sylvio Vieira da Costa** | Teófilo Otôni/MG

Transferência de 0,5% do lucro líquido anual das empresas e bancos que atuam no Estado para um fundo de recuperação ambiental e dos recursos hídricos. Este fundo seria gerenciado por uma comissão composto por membros da sociedade civil e Estado com as atividades técnicas determinadas por um conselho técnico formado por professores e pesquisadores das Universidades Mineiras e Centros de Pesquisa.

1 👍 | 0 👎

14/08/2015 10:53

Por **Silvana Nunes** | Mantena/MG

Que os recursos oriundos da cobrança de outorgas sejam destinados via Fundo a Fundo aos comitês, para que desenvolvam o fomento de ações de melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos nos Municípios de abrangência.

2👍 | 0👎

14/08/2015 10:48

Por **Silvana Nunes** | Mantena/MG

Que os editais do Fhidro de destinação de recursos sejam desburocratizados, (que os municípios tenham a oportunidade de enviar após análise algum documento que falta ou que os analistas acharem necessário a complementação, como é realizado na CAIXA) e que os projetos não sejam eliminados e sim tenham a oportunidade de ser melhorados, visando contemplar efetivamente os municípios principalmente no desenvolvimento de ações e programas voltados a melhoria quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos.

2👍 | 0👎

12/08/2015 16:19

Por **José Mauro Pires Silveira** | Pirapetinga/MG

Sou professor de História e acabei de publicar o livro "Histórias do Rio Pirapetinga", com o objetivo de mostrar a importância desse rio para os municípios (Leopoldina, Pirapetinga e Santo Antônio de Pádua/RJ) que são banhados por ele. Ao levantarmos a problemática entorno do rio, nos deparamos com as questões do tipo: recuperação das nascentes e da mata ciliar; poluição doméstica e industrial; assoreamento e exploração das suas águas pelas concessionárias COPASA(MG) e CONASA(RJ). Não consigo entender por que essas concessionárias fazem a captação, exploração e distribuição das águas do rio à população, sem dar nenhuma contribuição para a sua preservação. No mínimo, elas deveriam pagar impostos aos municípios pelo uso desse recurso natural, bem como executar projetos de preservação e recuperação de suas águas, pois além de explorá-lo comercialmente não fazem nada para protegê-lo. Quem mais ganha com a exploração

das águas são os que menos ajudam a preservá-las! Temos que buscar conscientizar todos os cidadãos para o uso adequado das águas, mas principalmente quem faz o seu uso de forma capitalista. Essas concessionárias às vezes fazem campanhas para economizar água, mas o que teriam mesmo que fazer são ações de recuperação das nascentes e mata ciliar, utilizando seus próprios recursos.

1👍 | 0👎

15 contribuições

Saneamento e Saúde

Aqui você envia sua contribuição para o tema Saneamento e saúde. Se você já é cadastrado no Portal da Assembleia, [faça o login](#) para enviar sua contribuição. Caso ainda não tenha, [cadastre-se aqui](#) antes de fazer o login e enviar sua contribuição. Conheça os subtemas para nortear sua sugestão.

Subtemas

- Abastecimento de água
- Esgotamento sanitário
- Resíduos sólidos e limpeza urbana
- Drenagem urbana
- Universalização do saneamento e de acesso à água
- Revisão da legislação de saneamento
- Regulação e fiscalização dos serviços municipais de saneamento
- Suporte do Estado, Funasa, CREA e Assemae na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento
- Saneamento e saúde, vigilância sanitária e sistema hospitalar
- Política tarifária
- Inovação Tecnológica

Considerando os subtemas, qual proposta de estratégia, ação ou intervenção em política(s) pública(s) você considera importante para a

universalização do saneamento, nos seus múltiplos aspectos, e para a disponibilização quantitativa e qualitativa de recursos hídricos para todos?

30/08/2015 23:33

Por **Mariane Reis Gomes** | Santa Maria de Itabira/MG

Saneamento de caráter público

0 👍 | 0 👎

30/08/2015 22:58

Por **Germano Silveira Santos** | Contagem/MG

Implantação do sistema de tratamento de esgoto ecologicamente correto, na bacia de Vargem das Flores, em bairros onde o tratamento convencional fique caro, como por exemplo, bairros Tupã, Quintas do Jacuba , Solar do Madeira e outros. Segundo a prefeitura de Petrópolis, RJ, "o procedimento é simples: o esgoto dos moradores das favelas é conduzido para um biodigestor, no qual as bactérias presentes na matéria orgânica se alimentam dos nutrientes do próprio esgoto, reduzindo a carga orgânica em até 95%." a prefeitura relata ainda que: "Ao final do processo, o efluente ainda passa por um filtro biológico antes de ser despejado no rio, sem substâncias poluentes. "A ação das bactérias produz o metano, que é transportado por tubulação até uma creche comunitária no local, onde é utilizado para alimentar os fogões que preparam as refeições das crianças." Fonte(Prefeitura de Petrópolis , RJ)

0 👍 | 0 👎

30/08/2015 22:50

Por **Germano Silveira Santos** | Contagem/MG

Desapropriar todas as áreas de matas nativas no entorno da Bacia de Vargem das Flores, transformando-as em parques. Desapropriar todas as casas que estiverem a menos de 100 metros da margem da represa, evitando com isso a sua degradação e poluição.

0👍 | 0👎

30/08/2015 22:45

Por **Germano Silveira Santos** | Contagem/MG

Implantar sistema de tratamento de esgoto em todos os bairros de Contagem e Belo Horizonte, haja vista que o esgoto destas cidades "caem" longe das mesmas, no Rio São Francisco, contaminando-o.

0👍 | 0👎

27/08/2015 07:32

Por **Jurema Marteleto Rugani** | Belo Horizonte/MG

Implementar projetos de recuperação dos rios que servem como escoadores de esgotos e penalizar as prefeituras que ainda incidem nessa prática.

0👍 | 0👎

22/08/2015 12:36

Por **Arley Gomes de Lagos Ferreira** | Belo Horizonte/MG

Não se tem dúvidas sobre os impactos das atividades produtivas nas bases de recursos ambientais, em especial na degradação quali-quantitativa das águas. Importante considerar que, de uma forma geral, os impactos não decorrem exclusivamente das atividades produtivas, mas também da simples existência do homem e de suas necessidades diárias de água e energia. Este momento de crise aponta

para a necessidade de focar outros aspectos ambientais, também impactantes, como o despejo direto de esgotos domésticos sem tratamento (in natura) nos corpos hídricos. O Relatório de Qualidade das Águas mostram intensa deterioração da qualidade das águas por coliformes fecais (fezes). A Constituição da República prevê responsabilidade de todos os cidadãos na preservação dos recursos ambientais. Nessa esteira, estamos diante de oportunidade para modificar culturas e agir mais intensamente na proteção das águas. Sugere-se, nesse aspecto, Projeto de Lei/Política Pública para obrigar a implantação de tratamento preliminar e primário de esgotos domésticos nos prédios comerciais e residenciais, onde isto for possível. Onde não for possível o implemento, deve-se estipular/majorar, legalmente, cobrança pelo uso de recursos hídricos, conforme políticas em vigor. Esgotos domésticos tratados preliminarmente impactarão menos os corpos hídricos e diminuirão custos operacionais das Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) pelo fato de impedirem o carreamento de sólidos grosseiros como madeira, papel, papelão, plásticos, metais e cabelo. O tratamento primário, por sedimentação, transformará fezes e urina em "lodo de esgoto", mais estável quimicamente, exalando menos odores e podendo ser recolhido para disposição final menos impactante ou carreado para as ETEs, facilitando a depuração da água a menores custos operacionais. A inserção desta preocupação/ação do cidadão na proteção das águas poderá contribuir, a médio e longo prazos, para aprimorar a gestão e o uso verdadeiramente racional das águas. Oferece-se, nesse sentido, a título de contribuição, pesquisa para discussões neste fórum.

1👍 | 0🗨️

22/08/2015 11:02

Por ***Maria Teresa Viana de Freitas Corujo*** | Caeté/MG

Saneamento de caráter público.

3  | 0 

21/08/2015 11:32

Por ***Alessandra Jardim de Souza*** | Belo Horizonte/MG

Implementação de convênios entre o Governo de Minas Gerais e instituições de ensino, pesquisa ou demais entidades ligadas ao saneamento básico para capacitação de operadores de Estações de Tratamento de Esgotos, objetivando a melhoria da qualidade do efluente e,consequentemente, dos corpos receptores.

0  | 0 

21/08/2015 11:31

Por ***Alessandra Jardim de Souza*** | Belo Horizonte/MG

Criação de órgãos estaduais responsáveis por alocarem recursos para projeto e obras de construção, expansão ou melhorias no sistema de esgotamento sanitário, minimizando as dificuldades no acesso a esses recursos pelos municípios para o alcance da universalização do saneamento básico no estado de Minas Gerais.

0  | 0 

21/08/2015 11:30

Por ***Alessandra Jardim de Souza*** | Belo Horizonte/MG

Aumento da parcela da receita do ICMS, critério Meio Ambiente,

subcritério Saneamento, aos municípios que atendem aos requisitos da Lei 18.030/2009, visando à manutenção e ampliação dos sistemas de tratamento de esgotos nos municípios.

0👍 | 0👎

18/08/2015 09:03

Por **Sérgio Abucater** | Belo Horizonte/MG

As alternativas de sistemas de abastecimento de água para as comunidades rurais precisam ser assumidas pelas mesmas, com rateamento das despesas para manutenção do sistema instalado. Evitará o desperdício e vai garantir mais eficiência na operação e manutenção do mesmo.

0👍 | 0👎

18/08/2015 08:59

Por **Sérgio Abucater** | Belo Horizonte/MG

O esgotamento sanitário é hoje a maior fonte de poluição de nossos corpos hídricos. Os governos da União e dos Estados precisam identificar as áreas mais vulneráveis e assessorar os municípios com elaboração de projetos e financiamento na execução das obras.

3👍 | 1👎

16/08/2015 01:25

Por **Alexandre Sylvio Vieira da Costa** | Teófilo Otôni/MG

Nas zonas rurais, pequenas comunidades e até mesmo no centro urbanos de pequenas cidades o tratamento do esgoto deveria ser setorizado e descentralizado, considerando o volume de esgoto produzido e sua qualidade físico-química e sem descarte nos rios mas

por sumidouros ou fossas brancas. Apresentam um custo baixo de implantação e de alta eficiência.

1👍 | 0👎

13/08/2015 08:50

Por *João Marcos Cunha Ferreira* | Pedralva/MG

Governos Municipais apoiarem e incentivarem o tratamento do esgoto doméstico no meio rural.

4👍 | 0👎

12/08/2015 10:57

Por *Rosa Carolina Amaral* | Belo Horizonte/MG

Ampliação da população atendida por tratamento de esgotos (construção de novas Estações de Tratamento de Esgotos, ampliação da capacidade de atendimento das ETEs existentes).

3👍 | 0👎

23 contribuições

Atividade Minerária, Indústria e Energia

Aqui você envia sua contribuição para o tema Atividade Minerária, Indústria e Energia. Se você já é cadastrado no Portal da Assembleia, [faça o login](#) para enviar sua contribuição. Caso ainda não tenha, [cadastre-se aqui](#) antes de fazer o login e enviar sua contribuição. Conheça os subtemas para nortear sua sugestão.

Subtemas

- Uso de recursos hídricos para geração de energia, beneficiamento e

transporte de minérios

- Uso da água de rebaixamento do lençol freático
- Tratamento de efluentes e reuso da água
- Participação social nos processos de licenciamento ambiental
- Inovação Tecnológica

Considerando os subtemas, qual proposta de estratégia, ação ou intervenção em política(s) pública(s) você considera importante para a garantia da disponibilidade e do uso sustentável de recursos hídricos nas atividades econômicas industriais e minerárias e na geração de energia?

30/08/2015 23:56

Por ***Germano Silveira Santos*** | Contagem/MG

Instituir planos de pesquisa de novas modalidades de energia, como por exemplo aproveitar o gás metano dos aterros sanitários para geração de energia elétrica

0👍 | 0👎

30/08/2015 23:54

Por ***Germano Silveira Santos*** | Contagem/MG

Proibir qualquer atividade de mineração na Serra da Gandarela, quer seja da Vale ou de qualquer outra mineradora. Transformar a área total da serra em um parque estadual, tendo em vista a importância do seu aquífero.

0👍 | 0👎

30/08/2015 23:54

Por **Mariane Reis Gomes** | Santa Maria de Itabira/MG

vetar medidas contingenciais que restringem o direito da população ao acesso à água nos grandes centros tais como rodízio e aumento de tarifas sem que antes tenha sido reduzidas as outorgas e o acesso da água às indústrias e empresas extrativas de mineração. Promover a CPI dos licenciamentos ambientais.

0👍 | 0👎

30/08/2015 23:31

Por **Mariane Reis Gomes** | Santa Maria de Itabira/MG

Revogar o fato de a mineração ser considerada de utilidade pública. Vedar ou proibir minerodutos no estado. Vedar ou proibir o licenciamento de novas minas de ouro a céu aberto e a ampliação das minas existentes. Estabelecer territórios livres da exploração minerária nas bacias hidrográficas do Estado, especialmente em áreas de recarga, aquíferos e mananciais de água

0👍 | 0👎

30/08/2015 23:27

Por **Germano Silveira Santos** | Contagem/MG

Cancelar todos os pedidos de licenças de minerodutos que estão em andamento e ainda não foram aprovadas, e os minerodutos já implantados, fazer com que as empresas proprietárias dos mesmos, reaproveitem a água usada no transporte do minério de ferro.

0👍 | 0👎

27/08/2015 07:51

Por **Jurema Marteleto Rugani** | Belo Horizonte/MG

Criar mecanismos eficientes para a fiscalização da produção das mineradoras, o que certamente aumentará a parte a ser revertida em impostos devidos ao Estado, que deverá aplicá-los em programas de preservação das nascentes e áreas verdes.

0👍 | 0👎

26/08/2015 20:26

Por ***Maria Júlia Gomes Andrade*** | Ouro Preto/MG

Proibir a abertura da Mina do Tamanduá, da Empresa Vale, localizada no município de Catas Altas, no Distrito do Morro da Água Quente. A mina está fechada há 20 anos, mas a empresa iniciou o processo de reabertura há alguns meses. A empresa pretende aprofundar a cava da mina, rebaixando o lençol freático, mas sem ter realizado, nem ter previsto a realização de estudo hidro geológicos. A mina também se localiza num raio próximo à captação de água para a sede do município de Catas Altas, no qual residem cerca de 5.000 habitantes. Os moradores se encontram extremamente preocupados com a possibilidade iminente da reabertura. E, por fim, a mina se localiza a apenas 700 metros de muitas das casas do Distrito, o que causaria um nível de contaminação do ar sem precedentes naquela localidade.

2👍 | 0👎

26/08/2015 20:21

Por ***Maria Júlia Gomes Andrade*** | Ouro Preto/MG

Pela não abertura de novos minerodutos em Minas Gerais e pela revogação dos já existentes. E pelo cancelamento da possibilidade dos minerodutos serem considerados atividades de "utilidade pública", tal como acontece hoje por decreto do Governador.

1👍 | 0👎

26/08/2015 17:26

Por **Denise de Castro Pereira** | Belo Horizonte/MG

Exigir do setor de extração mineral e condicionar a viabilidade de empreendimentos em operação e novos à inovação e à adequação tecnológica dos processos de mineração - extração, beneficiamento e transporte/deslocamento - com o intuito de reduzir o consumo de ÁGUA e reduzir os impactos degradantes e destruidores de cursos d'água, nascentes, mananciais etc.

1👍 | 0👎

26/08/2015 17:19

Por **Denise de Castro Pereira** | Belo Horizonte/MG

Proibir a construção de minerodutos em Minas Gerais.

3👍 | 0👎

26/08/2015 15:33

Por **Tereza Cristina Almeida Silveira** | Ferros/MG

Proibir a construção de minerodutos em Minas Gerais.

5👍 | 0👎

26/08/2015 01:09

Por **Patricia** | Conceição do Mato Dentro/MG

vetar medidas contingenciais que restringem o direito da população ao acesso à água nos grandes centros tais como rodízio e aumento de tarifas sem que antes tenha sido reduzidas as outorgas e o acesso da água às indústrias e empresas extrativas de mineração. Promover a CPI

dos licenciamentos ambientais.

7👍 | 0👎

25/08/2015 15:59

Por **Aloisio Lopes** | Belo Horizonte/MG

É preciso alterar a legislação para prever a participação social, com consulta à sociedade, na formatação do empreendimento, antes da fase de licenciamento

1👍 | 0👎

25/08/2015 14:49

Por **Desirée Rodrigues Ruas** | Belo Horizonte/MG

Criação de áreas livres de mineração pela importância natural, histórica e cultural de certas regiões. A mineração não pode ser permitida em áreas que concentram importantes mananciais, aquíferos e áreas de recarga, assim como em áreas com rica biodiversidade e patrimônio histórico e cultural. O direito à água e a segurança hídrica devem predominar aos interesses comerciais e minerários. Da mesma forma, os minerodutos devem ser proibidos, para proteção da água que deve servir à população e não para empurrar minério. Os impactos da atividade minerária à vida das comunidades precisam ser também melhor avaliados.

3👍 | 0👎

25/08/2015 11:41

Por **Hander Júnior Mendes da Silva** | Paracatu/MG

Exigir que investimentos em bioenergia, utilizadas em seu processo produtivo, sejam feitos por parte das indústrias e mineradoras, assim

como siderúrgicas têm que plantar eucaliptos para abastecer de carvão seus alto-fornos.

0👍 | 0👎

25/08/2015 11:31

Por **Hander Júnior Mendes da Silva** | Paracatu/MG

Inclusão nos planos de investimentos das empresas mineradoras de projetos que visam implantação de energia solar nas bacias hidrográficas em que se encontram, juntamente com incentivos e orientação técnica para manutenção das placas e geradores.

0👍 | 0👎

25/08/2015 11:27

Por **Hander Júnior Mendes da Silva** | Paracatu/MG

Obrigação de utilização de biocombustíveis na movimentação de caminhões, locomotivas, fora de estradas, caminhonetes e geradores em mineradoras e indústrias, com o fim de reduzir o impacto causado pelo alto uso de energia elétrica.

0👍 | 0👎

22/08/2015 21:21

Por **Bruno Milanez** | Juiz de Fora/MG

Vedar ou proibir minerodutos em Minas Gerais Vedar ou proibir o licenciamento de novas minas de ouro a céu aberto em Minas Gerais e a ampliação das minas existentes. Estabelecer territórios livres da exploração minerária nas bacias hidrográficas do Estado, especialmente em áreas de recarga, aquíferos e mananciais de água. Criar impostos progressivos para minérios que saiam do estado sem

beneficiamento

11  | 0 

22/08/2015 11:01

Por ***Maria Teresa Viana de Freitas Corujo*** | Caeté/MG

Revogar o fato da mineração ser declarada de utilidade pública. Vedar ou proibir minerodutos em Minas Gerais Vedar ou proibir o licenciamento de novas minas de ouro a céu aberto em Minas Gerais e a ampliação das minas existentes. Estabelecer territórios livres da exploração minerária nas bacias hidrográficas do Estado, especialmente em áreas de recarga, aquíferos e mananciais de água.

12  | 0 

18/08/2015 09:11

Por ***Sérgio Abucater*** | Belo Horizonte/MG

Utilização de um percentual dos royalties provenientes da atividade de mineração para investimento nos programas de recuperação das nascentes.

2  | 0 

12/08/2015 21:07

Por ***Enio Fonseca*** | Belo Horizonte/MG

Implantar um novo modelo de gestão de condicionantes ambientais relacionadas ao monitoramento dos recursos hídricos. Ao invés de cada empreendedor realizar monitoramentos muitas vezes similares uns com os outros, em locais próximos, sem sinergia de análise e providencias pelo poder público, as condicionantes estariam direcionadas a execução do monitoramento único, feito pelo IGAM dentro de um plano

estadual. Os empreendedores repassariam recursos a esse instituto. Teríamos otimização nos gastos, e eficientização nos levantamentos e na implementação de políticas públicas temáticas.

9👍 | 0👎

08/08/2015 14:55

Por **Jarbas Junior** | Belo Horizonte/MG

Proposição de lei para que a implantação de qualquer indústria que afete áreas de mata nativa, ou a uma distância de até 5km de nascentes ou cursos d'água, esteja submetida a avaliação técnica, e além disso a plebiscito popular, de todos os municípios ao redor daquele em que seja instalada a indústria, com prévia instrução da população a respeito dos possíveis danos ambientais, medidas de remediação e impactos causados.

1👍 | 1👎

08/08/2015 14:53

Por **Jarbas Junior** | Belo Horizonte/MG

Determinação em lei da obrigatoriedade de medição de recursos hídricos utilizados, com fiscalização pelo estado, com acompanhamento de qualquer organização de cunho ambiental que se prontifique. Elevação do valor cobrado por m³ de água utilizada, para 10x o valor cobrado ao consumidor final nos centros urbanos. Obrigatoriedade de se restituir ao ambiente, com A MESMA QUALIDADE todo o volume de água não utilizado, ou resultante do processo industrial. Obrigação de tratamento e descarte apropriado a TODO E QUALQUER resíduo, com sua total descontaminação ou inertização. Obrigação da restauração completa de toda a área danificada pela indústria após sua utilização, e recuperação de área de iguais proporções a cada ano de sua operação, em local onde tenha ocorrido

dano ambiental (mesmo que não pela empresa Proibição de atividade de mineração em regiões de potencial turístico/ecológico.

2👍 | 0👎

8 contribuições

Agricultura, Pecuária e Piscicultura

Aqui você envia sua contribuição para o tema Agricultura, Pecuária e Piscicultura. Se você já é cadastrado no Portal da Assembleia, [faça o login](#) para enviar sua contribuição. Caso ainda não tenha, [cadastre-se aqui](#) antes de fazer o login e enviar sua contribuição. Conheça os subtemas para nortear sua sugestão.

Subtemas

- Agroecologia e agricultura orgânica
- Irrigação, reuso e melhoria da eficiência do uso da água
- Cadastro Ambiental Rural e Programa de Recuperação Ambiental
- Inovação Tecnológica
- Zoneamento ambiental e produtivo
- Produtores de água
- Impacto das atividades agropecuárias
- Pesca e aquicultura

Considerando os subtemas, qual proposta de estratégia, ação ou intervenção em política(s) pública(s) você considera importante para a garantia da disponibilidade e do uso sustentável de recursos hídricos nas atividades econômicas da agricultura, pecuária e piscicultura?

30/08/2015 23:45

Por *Germano Silveira Santos* | Contagem/MG

Instituir um programa de recuperação de pastagens degradadas junto

aos produtores rurais, com apoio da Emater e Embrapa.

0👍 | 0👎

30/08/2015 23:43

Por **Germano Silveira Santos** | Contagem/MG

A represa de Irapé melhorou vazão do leito principal do rio Jequitinhonha, mas os seus afluentes, muitos rios e córregos, cada dia mais sofre com a seca, só correndo quando chove. As causas são variadas: assoreamento, queimadas, monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha, onde cria-se o deserto verde,desmatamento para plantio de capim e destruição das matas ciliares. O uso de agrotóxicos nas plantações de eucalipto,está contaminando peixes nos rios Jequitinhonha e Araçuaí. Então a saída é controlar ou impedir novos plantios de eucalipto, e construção de centenas de pequenas barragens e recuperação de nascentes degradadas.

0👍 | 0👎

30/08/2015 23:33

Por **Mariane Reis Gomes** | Santa Maria de Itabira/MG

Estabelecer territórios livres da monocultura de eucaliptos nas bacias hidrográficas do Estado, especialmente em áreas de recarga, aquíferos e mananciais de água

0👍 | 0👎

27/08/2015 10:29

Por **Joselaine Aparecida Ribeiro Filgueiras** | Belo Horizonte/MG

Apoio à agricultura familiar, que possui saberes e lógica própria para gerir as águas de forma mais eficaz que o modelo estatal, dentro do seu

contexto. A questão hídrica também deve abarcar a reprodução de modos de vida tradicionais.

0👍 | 0👎

22/08/2015 21:22

Por **Bruno Milanez** | Juiz de Fora/MG

Estabelecer territórios livres da monocultura de eucaliptos nas bacias hidrográficas do Estado, especialmente em áreas de recarga, aquíferos e mananciais de água.

3👍 | 0👎

22/08/2015 11:03

Por **Maria Teresa Viana de Freitas Corujo** | Caeté/MG

Estabelecer territórios livres da monocultura de eucaliptos nas bacias hidrográficas do Estado, especialmente em áreas de recarga, aquíferos e mananciais de água.

5👍 | 0👎

12/08/2015 15:10

Por **Sávio Marinho** | Delfinópolis/MG

Lições da Crise Hídrica Todo acontecimento gera lições, por pior que seja um evento sempre é possível aprender com o mesmo. A recente crise hídrica pela qual passa a região central do país mostrou que, embora muitos órgãos e ministérios estejam envolvidos no gerenciamento dos recursos hídricos, a maioria é apenas coadjuvante em relação ao papel desempenhado pelo setor elétrico. Setores do governo incentivam o uso de irrigação, como forma de produzir alimentos de forma contínua, barata e independente (ou menos

dependente) das estiagens. Outros incentivam a piscicultura como forma de produção de proteína de alta qualidade e sem necessidade do uso de terras, aproveitando os reservatórios das hidrelétricas para criação de peixes no sistema de tanques redes. Ainda outros setores incentivam as hidrovias como forma de barateamento dos fretes e descongestionamento das rodovias. Há ainda os que incentivam o turismo rural, parte do qual utiliza as margens dos lagos para construção de hotéis e pousadas. Em todos estes casos, produtores rurais e demais empreendedores investiram, tomaram financiamentos muitas vezes elevados, para ao final verem seus empreendimentos irem por água abaixo, quando o setor elétrico unilateralmente deplecionou os reservatórios para a produção de energia elétrica. Isto leva à quebra de confiança no governo por parte da iniciativa privada. Se o setor elétrico pode unilateralmente e a qualquer momento decidir o nível dos reservatórios quem irá arriscar seu capital em empreendimentos que dependem dos mesmos? Argumenta-se a favor das hidrelétricas, principalmente, que geram energia limpa e barata. Perde-se alguma terra, mas ganha-se um lago com todo um potencial para irrigação, piscicultura, transporte hidroviário e turismo. Entretanto os últimos acontecimentos fornecem argumentos aos setores contrários às hidrelétricas. Além dos normalmente usados, como o deslocamento de populações e alagamento do meio ambiente, acrescenta-se mais um: com a hidrelétrica perde-se a terra e não se tem certeza de ganhar um lago. É claro que não interessa a ninguém salvar os reservatórios e ficar sem energia elétrica. Os irrigantes em sua maioria utilizam bombas elétricas em seus sistemas de irrigação. Os piscicultores precisam de energia para refrigerar seus peixes. Empresários do turismo rural não desejam um hotel no escuro e igualmente o setor hidroviário necessita de eletricidade. Mas também é verdade que muitos países com poucos recursos hídricos não estão passando por falta de eletricidade, gerando esta através de outros meios como as usinas térmicas, nucleares, eólicas, entre outras. A lei 9.433 também conhecida como Lei das Águas diz em seu 1º capítulo que “a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas e a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público,

dos usuários e das comunidades". Esperemos que esta crise faça os vários setores envolvidos – energia, agricultura, meio ambiente, turismo e transporte – conversarem entre si e buscarem soluções que para o uso de um recurso que se tornou escasso. Que as lições de 2014/15 se juntem às de 2001 e façam o setor elétrico se preparar melhor para a próxima estiagem, afinal a atual não é a primeira e não será a última.

0👍 | 0👎

10/08/2015 10:56

Por *Oswaldo Ferreira Valente* | Viçosa/MG

Sou especialista em hidrologia e manejo de pequenas bacias hidrográficas e professor titular, aposentado, da UFV. Tenho várias publicações sobre o tema, incluindo livros, monografias e inúmeros artigos em diversos órgãos de divulgação. Ando incomodado, já há muito tempo, com a concentração de preocupações nos entornos dos corpos d'água. Parece estar prevalecendo a ideia de que a restauração de matas ciliares será suficiente para garantir boas vazões de nascentes e córregos. Ledo engano. Nascentes e córregos são produtos, a princípio, do comportamento de todas as superfícies das bacias hidrográficas e não só das áreas ciliares. Vejo esse conceito sendo pregado para a bacia do rio Doce, por exemplo, com proposta já corrente de cercar e reflorestar entornos de centenas e/ou milhares de nascentes. Não é por aí. As vazões dos córregos que se juntam para formar o rio Doce só serão otimizadas quando for desenvolvido um trabalho de conservação de propriedades rurais que ocupam as pequenas bacias. E isso tem que ser feito com metodologia de extensão rural. Mas não se deve confundir, entretanto, a aplicação de metodologias de extensão com ação exclusiva da Emater. É preciso envolver outras instituições que tenham essa expertise. Tenho uma monografia propondo um conjunto de ações que podem ser utilizadas em trabalhos de manejo de bacias hidrográficas, visando produção de quantidade de água, que posso disponibilizar para o "Águas de Minas III". Gostaria de saber como fazê-lo.

3👍 | 0👎
